

**PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI Nº 1.300 -
PR (2019/0093631-0)**

RELATOR : **MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
REQUERENTE : VERA HELOISA GROCHOSKI
REQUERENTE : VICENTE LUCIO VIANA LOPES
ADVOGADOS : MARCELO TRINDADE DE ALMEIDA - PR019095
JOAO LUIZ ARZENO DA SILVA - PR023510
REQUERIDO : MUNICÍPIO DE CURITIBA
REQUERIDO : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS
SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA - IPMC

DECISÃO

Trata-se de Embargos de Declaração contra *decisum* deste Relator, com a seguinte conclusão:

Estabelecem os artigos 18 e 19 da Lei 12.153 de 2009 que o Pedido de Interpretação de Lei dirigido ao Superior Tribunal de Justiça somente é cabível quando satisfeitas, cumulativa e simultaneamente, as condições lá apresentadas, quais sejam: (a) existência de divergência entre Turmas Recursais de diferentes Estados ou de decisão proferida em contrariedade com súmula do STJ; (b) na interpretação de Lei Federal; e (c) que envolva questão de direito material.

Primeiramente, constata-se que o recurso interposto não merece conhecimento, uma vez que a matéria de mérito da controvérsia nem sequer chegou a ser enfrentada pela TNU, ficando evidente o não cabimento do presente Incidente de Uniformização de Jurisprudência. Considerando que o Incidente de Uniformização de Jurisprudência tem como requisito a divergência na interpretação do direito material, nos termos do art. 14 da Lei 10.259/2001, e estando ausente o enfrentamento do mérito, por parte da Turma Nacional de Uniformização, inadmissível o conhecimento do incidente em tela (AgRg na Pet 10.689/SC, Rel. Min. Olindo Menezes, Desembargador Convocado do TRF 1ª Região, Primeira Seção, publicado em 14/09/2015).

Outrossim, verifica-se também a inadmissibilidade do presente pedido porquanto não foi dirigido contra acórdão da TNU, que não enfrentou a matéria.

Ante o exposto, não conheço do pedido de Uniformização de Jurisprudência, com fundamento no art. 34, XVIII, "a", do RISTJ, c/c o art. 1º, § 2º, da Resolução 10/2007, da Presidência do STJ.

Houve interposição de Embargos de Declaração expondo e requerendo ao STJ, em síntese:

A r. decisão agravada está eivada de obscuridade, na medida em que não conheceu do recurso, com fundamento nos arts. 34, XVIII, "a", do RISTJ, c/c o art. 1º, § 2º, da Resolução 10/2007, da Presidência do STJ, ou seja, por entender que o Pedido de Uniformização de Jurisprudência deveria ter sido distribuído, primeiramente, na Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência.

[...]

DIANTE DO EXPOSTO, requer-se o conhecimento e o provimento dos presentes Embargos de Declaração, de forma a suprir a obscuridade existente na r.

decisão embargada, esclarecendo os motivos pelos quais se entendeu que, neste caso, seria cabível a interposição de Pedido Nacional de Uniformização à TNU, que é órgão da Justiça Federal, a despeito de este processo tramitar na Justiça Estadual.

É o relatório.

Decide-se.

Os autos foram recebidos neste Gabinete em 12.11.2019.

Cuida-se de Embargos de Declaração contra *decisum* do STJ que rejeitou o PUIL da parte ora embargante.

Os Embargos de Declaração não merecem prosperar, uma vez que ausentes os vícios listados. Destaque-se que os Aclaratórios constituem recurso de rígidos contornos processuais, exigindo-se, para seu acolhimento, os pressupostos legais de cabimento.

Na origem, trata-se de Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei (art. 34 da Resolução CNJ 345/2015) apresentado contra acórdão proferido pela Turma Recursal dos Juizados Especiais do Paraná, resumido pela seguinte ementa:

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE REVISÃO DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA. SERVIDORES APOSENTADOS EM 1993. ALTERAÇÃO NO ENQUADRAMENTO E CONCESSÃO DE VANTAGEM ATRAVÉS DAS LEIS MUNICIPAIS 11000/2004 E 13771/2011. ENQUADRAMENTO DE SERVIDOR É ATO ÚNICO. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. APLICAÇÃO DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. RECURSO NÃO PROVIDO.

Às fls. 6-15, do e-STJ, os requerentes afirmaram que ajuizaram ação perante o Juizado Especial Cível objetivando o reenquadramento funcional “em Classe, Padrão e Nível de Referência equivalente à ativa quando da inativação, em virtude da nova tabela de vencimentos trazida pela Lei Municipal n.º 11.000/2004, bem como a extensão da vantagem conferida pelo artigo 53 da Lei Municipal n.º

11.000/2004, em atenção ao princípio constitucional da paridade de vencimentos entre ativos e inativos e ao princípio da isonomia de vencimentos” e, ainda, “o reconhecimento do direito à manutenção do reenquadramento funcional promovido pela Lei Municipal n.º 13.771/2011, a fim de que possam recuperar as perdas de referência sofridas com as novas tabelas de vencimentos trazidas pelos Decretos n.º 930/2012 e 1.157/2013”.

Afirmaram que o processo foi extinto, ante o reconhecimento da prescrição, sob o fundamento de que “os autores distribuíram a ação transcorridos mais de cinco anos após a modificação do sistema remuneratório disciplinado pelas Leis 11.000/2004 e 13.771/2011”, entendimento que foi mantido por ocasião do julgamento do recurso inominado.

Asseveram que o entendimento adotado pela Turma Recursal viola a orientação jurisprudencial dessa Colenda Corte, inclusive sumulada no enunciado 85, no sentido de que, não havendo negativa expressa do direito do servidor, cujos efeitos pecuniários se renovam mensalmente, não é possível considerar a ocorrência da prescrição do fundo de direito, mas somente das parcelas vencidas há mais de cinco anos da propositura da ação.

Os Aclaratórios não merecem prosperar.

O Pedido de Uniformização somente é admissível para questões de direito material. De acordo com o art. 14, § 4º, da Lei 10.259/2001, "quando a orientação acolhida pela Turma de Uniformização, em questões de direito material, contrariar súmula ou jurisprudência dominante no Superior Tribunal de Justiça-STJ, a parte interessada poderá provocar a manifestação deste, que dirimirá a divergência".

O artigo 18 da Lei 12.153/2009 igualmente estabelece:

Art. 18. Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei

quando houver divergência entre decisões proferidas por Turmas Recursais sobre questões de direito material. (grifei).

§ 1º O pedido fundado em divergência entre Turmas do mesmo

Estado será julgado em reunião conjunta das Turmas em conflito, sob a presidência de desembargador indicado pelo Tribunal de Justiça.

§ 2º No caso do § 1º, a reunião de juízes domiciliados em cidades diversas poderá ser feita por meio eletrônico.

§ 3º Quando as Turmas de diferentes Estados derem a lei federal

interpretações divergentes, ou quando a decisão proferida estiver em contrariedade com súmula do Superior Tribunal de Justiça, o pedido será por este julgado.

Sobre a matéria, a jurisprudência do STJ:

PROCESSUAL CIVIL. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI - PUIL. ART. 14, § 4º, DA LEI N. 10.259/2001. INTERPOSIÇÃO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA. DESCABIMENTO.

1. A teor do disposto no art. 14, § 4º, da Lei n. 10.259/2001, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal, dirigido a esta Corte, quando a orientação acolhida pela Turma Nacional, em questões de direito material, contrariar súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.

2. Caso em que o incidente de uniformização foi formulado em desafio à decisão da Presidência da Turma Nacional de Uniformização.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no PUIL 72/PR, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 9/10/2017)

PROCESUAL CIVIL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDENCIA. NÃO CONHECIMENTO. CONCESSÃO DE GRATUIDADE JUDICIÁRIA. MATÉRIA DE DIREITO PROCESSUAL E NÃO DE DIREITO MATERIAL.

I - Dispõe o art. 14, § 4º, da Lei n. 10.259/2001 que o incidente de uniformização dirigido ao STJ somente é cabível contra decisão da Turma Nacional de Uniformização que, apreciando questão de direito material, contrarie súmula ou jurisprudência dominante no STJ. Nesse sentido: AgInt no PUIL 347/RS, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 11/04/2018, DJe 16/04/2018.

II - No caso dos autos, o incidente de uniformização, diz respeito a concessão de gratuidade judiciária.

III - Considerando que o pedido de uniformização de jurisprudência somente é cabível de decisão do colegiado da Turma Nacional que tenha analisado o direito material, não há como conhecer do incidente, eis que se insurge contra decisão pautada em questão de direito processual. Nesse sentido: STJ, AgInt no PUIL 199/CE, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 15/12/2017; AgInt no PUIL 167/RS, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 06/10/2017; AgRg na Pet 10.422/PR, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 02/06/2014.

IV - Agravo interno improvido.

(AgInt no PUIL 288/RN, Rel. Ministro Francisco Falcão, Primeira Seção, DJe 3/10/2018)

Intimado da decisão que não conheceu do presente Pedido de Uniformização, o Ministério Público Federal assim se manifestou à fl. 57, e-STJ:

O Ministério Público Federal, pelo Subprocurador-Geral da República adiante assinado, vem tomar ciência da decisão de fls. 47/49

(e-STJ) que, com fundamento no art. 34, XVIII, do RISTJ, c.c art. 1º, §2º da Resolução nº 10/2007, da Presidência do STJ, não conheceu do Incidente de Uniformização de Interpretação de Lei Federal do particular, porque o pedido de uniformização de jurisprudência somente é cabível de decisão do colegiado da Turma Nacional que tenha analisado direito material e, no presente caso, o incidente se insurge contra decisão pautada em questão decidida monocraticamente. Nada a opor.

Além disso, é de conhecimento geral que os Aclaratórios não se prestam a rever a matéria julgada, nem a prequestionar dispositivos constitucionais. Com esse entendimento:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS DO ART. 535 DO CPC. REDISCUSSÃO DE QUESTÕES DE MÉRITO. APRECIACÃO DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. IMPOSSIBILIDADE. CARÁTER MERAMENTE PROTELATÓRIO. APLICAÇÃO DA MULTA DO ART. 538, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC.

1. Revelam-se improcedentes os embargos declaratórios em que as questões levantadas traduzem inconformismo com o teor da decisão embargada, pretendendo rediscutir matérias já decididas, sem demonstrar omissão, contradição ou obscuridade (art. 535 do CPC).
2. Incabíveis embargos de declaração se inexiste omissão relativa à matéria infraconstitucional, não sendo o STJ competente para apreciar matéria constitucional, inclusive para fins de prequestionamento.
3. É nítido o intuito protelatório do recurso, dando ensejo à aplicação da penalidade prevista no art. 538, parágrafo único, do CPC, à razão de 1% do valor corrigido da causa.
4. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no AgRg no Ag 936.404/RJ, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/09/2008, DJe 14/10/2008)

Dessa forma, reitera-se que a solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao CPC e que os Embargos Declaratórios não constituem instrumento adequado para a rediscussão da matéria de mérito, nem ao prequestionamento de dispositivos constitucionais com vistas à interposição de Recurso Extraordinário.

Pelo exposto, **rejeitam-se os Embargos de Declaração.**
Publique-se.
Intimem-se

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator